

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.039 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2000

Lei de Responsabilidade Fiscal entra terça-feira na pauta da CCJ

Proposta que impede governadores e prefeitos de gastarem mais do que arrecadam começa a ser discutida no Senado. O relator Álvaro Dias não acolheu emendas para tentar aprovar projeto a tempo de vigorar para as eleições municipais



Álvaro Dias (*acima*) é o relator na CCJ da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele já adiantou que não acolheu emendas dos membros da comissão (*à direita*) porque, segundo o senador, a prioridade é aprovar o projeto ainda este ano



A Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe estados e municípios de gastarem além do que arrecadam e fixa limites para o endividamento público, começa a ser discutida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na reunião da próxima terça-feira. O relator, senador Álvaro Dias, concluiu o relatório, mas não acolheu emendas. Para ele, é importante que a lei entre em vigor ainda este ano, em que haverá as eleições municipais, porque “abusos são cometidos constantemente nas campanhas”.

PÁGINA 4



Senador Leomar Quintanilha (*E*) participou da reunião da comissão mista que examina a MP sobre bingos e Lei Pelé

QUINTANILHA ACHA QUE ESTADOS DEVEM CONTROLAR OS BINGOS

PÁGINA 3



Souto, autor da proposta de emenda constitucional

PROPOSTA DE JULGAMENTO DE JUÍZES PELO STF VAI A DEBATE

A proposta de emenda constitucional do senador Paulo Souto será discutida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em audiência pública em data ainda a ser definida.

PÁGINA 2



Sarney: a soberania dos países estaria ameaçada

SARNEY É CONTRA A DOLARIZAÇÃO DO MERCOSUL

Senador José Sarney, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, afirma que “país que renuncia à sua moeda abre mão de parte de sua soberania”.

PÁGINA 3

CCJ debate novas regras para julgamento de juízes

Presidentes de tribunais superiores e da Ordem dos Advogados, além de ex-ministro do STF, deverão participar de audiência pública

A proposta de emenda constitucional que atribui ao STF competência para julgar os magistrados por crimes de responsabilidade será discutida em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, em data ainda a ser definida. Estão convidados os presidentes do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso; do Superior Tribunal de Justiça, Antônio de Pádua Ribeiro; da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo de Castro, além do ex-ministro Paulo Brossard.

A PEC, de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA), tramita na comissão desde dezembro do ano passado e fez parte da pauta da convocação extraordinária do Congresso. O objetivo, como explica Souto, é sanar "uma lacuna legislativa", uma vez que os ministros dos tribunais superiores já são julgados pelo STF em crimes de responsabilidade. A única exceção diz respeito aos próprios ministros do Supremo, que são julgados pelo Senado Federal.

Em sua justificativa, Souto argumenta que, na ordem constitucional vigente, os magistrados não somente são julgados por seus pares, mas também se encontram em relação de proximidade



Souto argumenta que o julgamento de juízes por seus pares não contribui para a necessária isenção

com os julgadores, o que, a seu juízo, não contribui para a necessária isenção.

"Ao contrário, esse quadro facilita o surgimento de tendências corporativistas, como foi sobejamente demonstrado no desenrolar dos trabalhos da CPI do Judiciário", explica o senador, com base em sua experiência de relator da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Paulo Souto afirma, ainda, que o STF, por sua composição, hierarquia e maior afastamento da jurisdição comum, terá melhores condições para

processar e julgar juízes de direito, sem dar motivo a favorecimentos e preconceitos de qualquer natureza. A PEC mantém a competência das esferas do Poder Judiciário para julgar magistrados em crimes comuns.

PARECER

O relator da proposta na comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), apresentou parecer favorável, considerando a iniciativa conveniente e oportuna. "A proposta evita decisões corporativas ao passar ao âmbito do STF a competência para o processo e julgamento dos juízes de direito", argumentou.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), depois de pedir vista da proposta, apresentou voto em separado transferindo para o Superior Tribunal de Justiça a competência para julgar magistrados. "A emenda implicaria aumento da competência jurisdicional do STF, quando há entendimento no mundo jurídico brasileiro de que se deva estreitar esse campo, transformando o Supremo em corte dedicada às questões constitucionais", observou.

Por entender que a PEC tem propósito anticorporativista, que lhe parece sadio, Tebet propôs transferir para o STJ a incumbência de julgar juízes estaduais e federais, como já acontece com os desembargadores dos tribunais de Justiça dos estados e dos membros dos tribunais regionais federais.

Reclusão e perda do cargo são algumas das penas

Extraviar processo ou documento, receber presentes, prejudicar o erário, ordenar prisão sem formalidades legais ou com abuso de poder são alguns dos crimes de responsabilidade pelos quais poderão ser condenados os magistrados, caso seja aprovado projeto de lei do senador Paulo Souto (PFL-BA), atualmente em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O projeto estabelece, ainda, que o crime de responsabilidade dos magistrados, ainda que apenas tentado, enseja a pena de perda do cargo com a inabilitação por oito anos para o

exercício da função pública. Essa pena não exclui as demais sanções legais cabíveis, de acordo com o projeto, que institui penas de dois a 15 anos de reclusão, mais multas.

O projeto tem parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM) e deve ser incluído na pauta de votação da CCJ em próxima reunião ordinária.

Em sua justificativa, Souto argumenta que o magistrado deve manter sua liberdade decisória, sua imparcialidade e independência na interpretação do direito, mas não pode valer-se de sua posição na estrutura do Estado para cometer ilícitos, trair a nação

e abalar a base sólida da segurança dos cidadãos. "Quanto mais importante for um cargo dentro da hierarquia estatal, maior é a responsabilidade de seu ocupante e maiores exigências lhe serão feitas", diz.

Em seu parecer, Jefferson afirma ser o projeto uma das mais importantes consequências da CPI do Judiciário. "Trata-se de integrar o ordenamento jurídico brasileiro de forma a que todos os agentes políticos, ou todos os membros de poder, como querem alguns, possam efetivamente ser responsabilizados pelos atos que, nessa condição, praticarem", concluiu.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2000

PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira

11h — Sessão Especial destinada a homenagear a memória do ex-senador Petrônio Portella.

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarta dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 4/2000, que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU); terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 67/99 (tramitando em conjunto com a *PEC nº 96/99), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 96/99, que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 4/2000, que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU); quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 96/99, que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 67/99 (tramitando em conjunto com a *PEC nº 67/99), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 96/99, que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Diversas matérias, entre as quais *PR nº 47/99, altera a Resolução nº 78/98 do Senado Federal, que trata do endividamento dos estados e municípios; *PLS nº 403/99, que dispõe sobre o seguro obrigatório de pagamento das obrigações trabalhistas relativas à rescisão contratual; *PLS nº 401/99, que concede isenção de contribuição social para o produtor rural e altera a alíquota do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) incidente sobre a remuneração de empregados rurais; e *PLS nº 282/99 — Complementar, que dispõe sobre a instituição da contagem padrão, isenta de tarifas bancárias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: Diversas matérias, entre as quais *PLS nº 228/99, que dispõe sobre a unificação dos vestibulares nas universidades federais; *PLS nº 576/99, que inclui como tema transversal nos currículos de ensino fundamental e médio a prevenção contra o uso de drogas; e *PLS nº 615/99, altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

Após a Ordem do Dia, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 4/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

17h — Instalação da Comissão Mista destinada a examinar a *MP nº 1972-10, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Diversas matérias, entre as quais *PLS nº 292/99 (em tramitação conjunta com os PLSs nºs 386 e 614 de 1999), que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; *PLS nº 386/99, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.437/97, a fim de estabelecer critérios para o porte de armas de fogo; *PLS nº 614/99, que proíbe a venda de armas de fogo e munição em todo o território nacional; e *Requerimento s/nº/2000, do senador Pedro Simon solicitando a convocação de audiência pública para discussão sobre o crescimento da extrema direita no mundo. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Diversas matérias, entre as quais *PLC nº 31/97, trata do vínculo empregatício nas cooperativas, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); *PLC nº 31/95, dá nova redação à CLT relativo à jornada de trabalho do setor ferroviário; *PLC nº 34/99, que estabelece normas gerais para a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência; emendas oferecidas ao *PLS nº 64/96, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes; e *PLS nº 569/99 (decisão terminativa), que determina desconto de 50% nas tarifas de passagens aéreas para os maiores de 60 anos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Diversas matérias, entre as quais *PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; e substitutivo ao *PLS nº 30/99, que institui normas para licitações e contratos de administração pública. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Quintanilha defende participação dos estados no controle dos bingos

Senador afirma que o sistema previsto na Lei Zico permitiria uma fiscalização efetiva, ao contrário da centralização em Brasília, estabelecida pela Lei Pelé

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) defendeu que a concessão, o controle e a fiscalização de bingos sejam exercidos pelos estados, como previa a Lei Zico, e não apenas pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), de forma centralizada em Brasília, como determina a Lei Pelé. Ele manifestou essa posição, compartilhada por representantes de proprietários de bingos, na reunião de ontem da comissão mista destinada a examinar a medida provisória que institui a Tabin – taxa de fiscalização dos bingos.

O senador argumentou ser necessário um efetivo controle e fiscalização do funcionamento dos bingos, para que os empresários sérios possam desenvolver suas atividades com tranquilidade. “A fiscalização e controle pelo Indesp é inviável – os estados devem participar”, defendeu Quintanilha, ponderando ser uma dificuldade para os empresários a exigência de constantemente apresentar documentos em Brasília.

Para o senador, uma eventual proibição de funcionamento dos bingos deveria vir acompanhada da proibição



Comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que cria a Tabin ouviu representantes de bingos

de outros jogos, como Sena, Loto e Papa-Tudo. Quintanilha é favorável à criação da taxa dos bingos, determinada pela MP 2.011-4. Na opinião do senador, os recursos gerados pela taxa podem garantir melhores condições para a fiscalização da atividade. Ele destacou a necessidade de se pensar no lado bom dessa atividade empresarial, que gera empregos e receita tributária.

Empresários destacam apoio ao esporte e criticam o Indesp

O presidente da Associação Gaúcha de Entidades Esportivas e Administradores de Bingo (Agebi), Jaime Sirena, criticou, na reunião da comissão mista que examina a medida provisória, a centralização do controle e fiscalização dessa atividade nas mãos do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), em Brasília, como estabelece a Lei Pelé.

“Depois da Lei Pelé, ficou mais difícil trabalhar. Entregamos documentos no Indesp e não recebemos resposta. A maioria dos bingos funciona com protocolos, porque o Indesp não fornece os credenciamentos”, reclamou. Na opinião de Sirena, a presença de “aventureiros” na atividade se deve à falta de fiscalização do governo.

O representante da Associação Paulista de Casas de Bingo, Edson Zampieri, também criticou a atuação do Indesp na fiscalização e controle da atividade em todo o país. “A mudança da fiscalização estadual para nacional

se deu sem qualquer preparação e isso acabou gerando a situação em que a atividade se encontra”, afirmou.

Zampieri destacou ainda a importância dos bingos para os esportes nacionais. “Os bingos investem nos esportes de base, em pequenas ligas e clubes. É onde se formam os futuros atletas e medalhas de ouro”, afirmou.

O presidente do conselho da Associação Brasileira de Bingos, Olavo Sales da Silveira, destacou a importância dos recursos gerados por esses estabelecimentos para o esporte amador no Brasil.

– Os bingos empregam formalmente e investem no esporte. O dinheiro dos bingos não faria grande diferença no futebol, mas mesmo os pequenos recursos vêm garantindo crescimento no esporte amador. O Brasil enviou o maior grupo de atletas olímpicos de sua história às últimas Olimpíadas e, no último Pan Americano, ultrapassou pela primeira vez a Argentina em número de medalhas – destacou.

Cândido propõe isentar salário de tarifas bancárias

Deverá ser votado na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), marcada para terça-feira, às 10 horas, substitutivo do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao projeto de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), que institui a conta-pagamento padrão, isenta de tarifas bancárias. A intenção do autor da proposta é evitar que a remuneração do trabalhador se reduza mediante o pagamento compulsório de tarifas bancárias.

De acordo com o substitutivo, a conta-pagamento padrão destina-se exclusivamente a créditos de salários, sem entrega de talonário de cheques. A conta só poderá ser utilizada para saque total ou parcial e para uma transferência mensal para a conta-poupança do próprio empregado.

O substitutivo estabelece ainda que o usuário da conta

tem direito a um cartão magnético gratuito e que o empregador se responsabilizará pelos custos de manutenção da conta, ficando o empregado isento de ônus. Também fica proibida qualquer forma de discriminação por parte do banco contra o optante pela conta-pagamento padrão.

Na justificativa do projeto, Geraldo Cândido destacou que os trabalhadores que recebem salários em conta bancária aberta pelo empregador “tornam-se reféns de um número excessivo de tarifas”. Ele explicou que a criação da conta-pagamento padrão coibirá os abusos nas cobranças de tarifas e assegurará mais dignidade aos clientes.

Suplicy observou, no substitutivo, que a proposta de Cândido busca amparar o trabalhador com a isenção de tarifas bancárias, que hoje implicam em prejuízo, configurando redução salarial indireta. Ele acrescentou que a conta-pagamento padrão beneficiará tanto os usuários de baixa renda quanto os que preferem fazer transações com outra instituição bancária, pois poderão sacar seus vencimentos sem qualquer ônus.



Cândido quer criar conta-pagamento padrão para salários

BINGOS EM NÚMEROS

- Há mais de mil casas de bingo no Brasil, mas apenas 126 têm autorização do Indesp. As outras estão com seus processos em análise.
- São Paulo tem 400 casas de bingo, mas apenas 37 receberam autorização do Indesp. As outras estão com seus processos em análise.
- Há 100 bingos no Rio Grande do Sul, 30 deles localizados em Porto Alegre.
- No Rio Grande do Sul os bingos geram três mil empregos diretos e repassam R\$ 6 milhões anuais para entidades esportivas. Pagam R\$ 9 milhões de imposto de renda.

Fonte: Representantes de associações de donos de bingo que compareceram à comissão mista que examina a Medida Provisória 2.011-4

Sarney não aceita dolarização como saída para o Mercosul

O senador José Sarney (PMDB-AP) manifestou-se contrário à dolarização como saída para os problemas que o Mercosul enfrenta neste momento. “A proposta não serve ao Brasil. Um país que renuncia à sua moeda abre mão de parte de sua soberania”, ressaltou.

Sarney admitiu que as dificuldades enfrentadas pelo Mercosul atualmente são decorrentes dos regimes cambiais diferentes do Brasil e da Argentina. “Vejo esses problemas com apreensão, mas tenho confiança de que são circunstanciais, porque a idéia-força dos quatro pa-

íses-membros é a integração do Cone-Sul”, salientou.

Como presidente da República entre 1985 e 1990, Sarney foi o grande impulsionador do Mercosul, juntamente com o ex-presidente da Argentina, Raúl Alfonsín. Eles são considerados “os pais” da idéia de integração de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em um mercado econômico comum. O Mercosul hoje se prepara para



Sarney: “País que renuncia à moeda abre mão da soberania”

acolher dois novos membros, o Chile e a Bolívia.

CRE

O ex-presidente ainda destacou o “dinamismo” que o Senado apresentou nos trabalhos legislativos do ano passado e, especialmente, durante a convocação extraordinária. “Na Comissão de Relações Exteriores, que presido, por exemplo, votamos tudo que estava regimentalmente preparado”, comentou.

Brasil 500



PROGRAMAÇÃO

TV SENADO
HOJE

6h — *Unip*: Lentes de contato
6h30min — *Debate*: Senadores Carlos Patrocínio e Geraldo Lessa falam das fontes alternativas de energia
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista Especial*: Senador Arlindo Porto fala sobre os incentivos à agricultura
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Entrevista Especial*: O vice-presidente Marco Maciel fala sobre as novas ideias políticas
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Discussão e votação da Desvinculação de Receitas da União (gravado)
12h — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
12h30 — *Entrevista*: Senador Arlindo Porto fala sobre os incentivos à agricultura
13h30 — *Debate*: Senador Osmar Dias e secretário nacional Nelson Borges falam sobre incentivo à agricultura familiar
14h30 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Discussão e votação da emenda constitucional dos precatórios (reapresentação)
17h — *Entrevista Especial*: Dr. Ricardo Felton fala sobre as novas técnicas nos tratamentos dermatológicos
18h — *Cores do Brasil*: Turismo na Bahia
18h30 — *Entrevista*: Senador Pedro Piva fala sobre a privatização do Banepa
19h30 — *Debate*: Senadores Francelino Pereira e Carlos Wilson falam dos 40 anos da Sudene
20h30 — *Entrevista*: Senador Arlindo Porto fala sobre os incentivos à agricultura
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Consulta Marcada*: O médico Fernando Genschow fala sobre acupuntura
22h30 — Teatro Arthur Azevedo: "Gaiola das Loucas", com Jorge Dória

SÁBADO

1h — Filme: *Independência ou Morte*, de Carlos Coimbra
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Ilhéus
3h30 — *Entrevista*: Senador Nabor Júnior fala sobre recesso parlamentar
3h55 — *Senado em Pauta*
4h — *Jornal do Senado*
4h30 — *Unip*: Oculos
4h55 — *Senado em Pauta*
5h — *TV Escola* — Meio Ambiente: Energia
5h30 — *Especial*: Armas
6h — *Cores do Brasil*: Turismo em Ilhéus
6h25 — *Senado em Pauta*
6h30 — *Agenda Econômica*: Ministro Martus Tavares fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
7h30 — *Entrevista*: Senador Bello Parga fala sobre a CLT para servidores públicos
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Meio Ambiente: Erosão e desertificação
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Tela Brasileira*: Entrevista com o cineasta Hermano Penna
9h30 — *Consulta Marcada*: O médico Fernando Genschow fala sobre acupuntura
10h30 — *Especial*: Armas
10h55 — *Senado em Pauta*
11h — *Entrevista Especial*: Maurício Vasconcelos, superintendente da Sudam, fala sobre o desenvolvimento regional
12h — *Jornal do Senado*
12h30 — *Entrevista*: Senador Juvêncio da Fonseca fala sobre recursos hídricos
12h55 — *Senado em Pauta*
13h — *Unip*: Especial Villas Bôas — 4º programa
13h30 — *Agenda Econômica*: Ministro Martus Tavares fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
14h25 — *Senado em Pauta*
14h30 — *Espaço Cultural*: Show *Alô Brasil*, do maestro Tiago de Mello, apresentado durante o Curso Internacional de Verão da Escola de Música de Brasília
15h55 — *Senado em Pauta*
16h — *Entrevista*: Senador Pedro Piva fala sobre a privatização do Banepa
16h30 — *Especial*: Armas
17h — *Entrevista Especial*: Maurício Vasconcelos, superintendente da Sudam, fala sobre o desenvolvimento regional
17h55 — *Senado em Pauta*
18h — *Jornal do Senado*
18h15 — *TV Escola* — Meio Ambiente: Poluição do ar e da água
18h30 — *Unip*: Especial Villas Bôas
18h55 — *Senado em Pauta*
19h — *Tela Brasileira*: Entrevista com o cineasta Hermano Penna
19h25 — *Senado em Pauta*
19h30 — *Cidadania*: Senador Tião Viana e dr. Pedro Chequer falam sobre o combate à Aids

20h30 — *Entrevista*: Senador Arlindo Porto fala sobre os incentivos à agricultura
21h — *Jornal Senado*
21h30 — Teatro Arthur Azevedo: "As Regras do Jogo", com Glória Menezes
22h55 — *Senado em Pauta*
23h — *Entrevista Especial*: Maurício Vasconcelos, superintendente da Sudam, fala sobre o desenvolvimento regional
23h55 — *Senado em Pauta*
0h — Filme: *Independência ou Morte*, de Carlos Coimbra

DOMINGO

1h55 — *Senado em Pauta*
2h — *Unip*: Próstata
2h25 — *Senado em Pauta*
2h30 — *Jornal do Senado*
2h55 — *Senado em Pauta*
3h — *Cores do Brasil*: Turismo no Espírito Santo
3h30 — *Entrevista*: Senador Arlindo Porto fala sobre os incentivos à agricultura
3h55 — *Senado em Pauta*
4h — *Jornal do Senado*
4h30 — *Unip*: Próstata
4h55 — *Senado em Pauta*
5h — *Espaço Cultural*: Show *Alô Brasil*, do maestro Tiago de Mello, apresentado durante o Curso Internacional de Verão da Escola de Música de Brasília
6h25 — *Senado em Pauta*
6h30 — *Debate*: Senadores Francelino Pereira e Carlos Wilson falam dos 40 anos da Sudene
7h30 — *Entrevista*: Senador Pedro Piva fala sobre a privatização do Banepa
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Unip*: Especial Villas Bôas — 5ª parte
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil*: Turismo em Ilhéus
9h30 — *Consulta Marcada*: O médico Fernando Genschow fala sobre acupuntura
10h30 — *Especial*: Armas
10h55 — *Senado em Pauta*
11h — *Entrevista Especial*: Maurício Vasconcelos, superintendente da Sudam, fala sobre desenvolvimento regional
12h — *Jornal do Senado*
12h30 — *Entrevista*: Senador Bello Parga fala sobre a CLT para servidores públicos
12h55 — *Senado em Pauta*
13h — *Unip*: Especial Villas Bôas — 5º programa
13h30 — *Debate*: Senadores Carlos Patrocínio e Geraldo Lessa falam das fontes alternativas de energia
14h25 — *Senado em Pauta*
14h30 — *Espaço Cultural*: Show *Alô Brasil*, do maestro Tiago de Mello, apresentado durante o Curso Internacional de Verão da Escola de Música de Brasília
15h55 — *Senado em Pauta*
16h — *Entrevista*: Senador Juvêncio da Fonseca fala sobre recurso hídricos
16h30 — *Especial*: Armas
17h — *Entrevista Especial*: Maurício Vasconcelos, superintendente da Sudam, fala sobre desenvolvimento regional
17h55 — *Senado em Pauta*
18h — *Jornal do Senado*
18h15 — *TV Escola*: Direitos Humanos: A idade não é documento
18h30 — *Unip*: Especial Villas Bôas — 5º programa
18h55 — *Senado em Pauta*
19h — *Tela Brasileira*: Entrevista com o cineasta Hermano Penna
19h25 — *Senado em Pauta*
19h30 — *Agenda Econômica*: Ministro Martus Tavares fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
20h30 — *Entrevista*: Senador Nabor Júnior fala sobre recesso parlamentar
21h — *Jornal Senado*
21h30 — Teatro Arthur Azevedo: "As Regras do Jogo", com Glória Menezes
22h55 — *Senado em Pauta*
23h — *Entrevista Especial*: Maurício Vasconcelos, superintendente da Sudam, fala sobre desenvolvimento regional
23h55 — *Senado em Pauta*
0h — Filme: *Independência ou Morte*, de Carlos Coimbra

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

CCJ deve discutir na terça Lei de Responsabilidade Fiscal

Projeto, já aprovado pela Câmara, fixa limites para o endividamento público e cria mecanismos contra a má gestão governamental

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) informou ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino (PFL-RN), que já concluiu seu relatório sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele informou que a matéria deve ser colocada em discussão na próxima terça-feira, em reunião extraordinária da CCJ.

A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe os estados e municípios de gastarem mais do que arrecadam e também estabelece limites para o endividamento público e para as concessões de natureza fiscal, como subsídios e isenções, criando obstáculos para a guerra fiscal.

— A lei é, portanto, uma espécie de cartilha da boa prática administrati-



Relator da matéria, Álvaro Dias diz que "a lei é uma cartilha da boa prática administrativa"

va. É também uma proteção aos bons administradores e um alerta permanente aos maus gestores do dinheiro

Superintendente da Sudam defende a manutenção de incentivos para a Amazônia

O superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Maurício Vasconcelos, defendeu a manutenção da política de incentivos fiscais para a região até que ela alcance o estágio de desenvolvimento auto-sustentado, durante entrevista à TV Senado, que vai ao ar neste final de semana.

Segundo Vasconcelos, o tratamento fiscal diferenciado é a única maneira de promover o desenvolvimento da Amazônia e das outras regiões do país que apresentam indicadores econômicos e sociais abaixo da média nacional. O mecanismo, na sua opinião, já tem eficácia comprovada: os estados amazônicos, que em 1983 totalizavam 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB), chegaram aos atuais 7% graças aos incentivos.

O superintendente destacou que a Sudam vem trabalhando estritamente de acordo com as diretrizes definidas pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, em especial quanto à necessidade de saneamento do sistema e eliminação das distorções identificadas no passado, como a concessão de comissões para captar recursos de incentivos.

Vasconcelos ressaltou a importân-



Vasconcelos, ao ser entrevistado pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita (E)

cia da conclusão do Zoneamento Econômico e Ecológico da Amazônia Legal para orientar a aplicação de recursos em sintonia com as necessidades de preservação ambiental, e também na identificação de potenciais ainda inexplorados. Outra diretriz fundamental para a Amazônia, na visão de Vasconcelos, é a ênfase em educação, ciência e tecnologia, não só por meio do aumento das dotações orçamentárias, mas também de mecanismos que estimulem o empresariado a investir nessas áreas.

— A atividade científica e tecnológica deveria merecer tratamento melhor no Orçamento da União. A Sudam, mesmo modestamente, vem tentando ajudar com o pouco que tem de recursos próprios — assinalou.

A direção da autarquia tem busca-

público — afirmou Álvaro Dias.

Ele explicou que não houve condições de acolher nenhuma das emendas apresentadas pelos senadores porque a prioridade é que a lei passe a vigorar já neste ano eleitoral. "Abusos são cometidos constantemente, mas nas campanhas eleitorais eles são mais expressivos", justificou.

O senador sugeriu ao ministro do Planejamento, Martus Tavares, que o governo implemente um programa de saneamento financeiro para os municípios, nos mesmos moldes do que beneficiou os governos estaduais. O senador disse que, para que os prefeitos cumpram o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, é fundamental que estejam com suas finanças equilibradas.

Rádio Senado homenageia grandes nomes da MPB

O programa *A Música do Brasil*, apresentado pelo senador Artur da Távola (sem partido-RJ), leva ao ar neste final de semana um especial sobre quatro grandes personalidades da música popular brasileira.

Orlando Silva, Francisco Alves, Sílvia Caldas e Carlos Galhardo interpre-

tam músicas consagradas como *Lábios que Beijei*, de J. Cascata e Leonel Azevedo; *Da Cor do Pecado*, de Bororó; *Fascinação*, versão de Armando Lousada; *Serra da Boa Esperança*, de Lamartine Babo, e *Enquanto Houver Saudade*, de Mário Lago.

O programa, que completa três anos

do outros órgãos públicos para atuar em conjunto, de modo a incorporar a dimensão regional aos projetos de desenvolvimento. Um encontro com a participação do ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, está previsto para março, em Belém.

Na área de pesquisa, Maurício Vasconcelos ressaltou o trabalho realizado pela Embrapa no estudo da biodiversidade, que poderá dinamizar o futuro econômico da Amazônia. Citou como exemplos a experimentação com planta que substitui a insulina no tratamento de diabetes e a nova tecnologia de secagem acelerada de madeira, capaz de reduzir o tempo de 18 meses para 15 dias.

O programa vai ao ar em três horários no sábado e no domingo: às 11h, 17h e 23 horas.

em abril, é apresentado todos os sábados, às 16h, com reprise no domingo às 22h. O senador Artur da Távola também apresenta os programas *Essa Bossa Sempre Nossa*, às 22h de sábado e reprisado no domingo às 17h, e *A Música Erudita e seus Mestres*, aos sábados e aos domingos, sempre às 11h.